

MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE BOVINA NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL¹

Luís Otávio Bau Macedo²

1 - INTRODUÇÃO

A pecuária de corte bovina brasileira apresentou nos últimos dez anos um processo crescente de modernização, apesar de ainda caracterizar-se, em grande parte, pela produção extensiva com os animais criados a pasto. No entanto, o fornecimento de suplementação alimentar e de sal mineral, além do manejo adequado das pastagens, são cada vez mais adotados. Os programas de melhoramento genético intensificaram-se, multiplicaram-se os produtores de animais de elite, avaliados por sumários que classificam a conformação genética dos reprodutores³ que identificam os animais com maior capacidade de transferir aos descendentes certas características desejadas, medidas através das DEPs (Diferença Esperada na Progenie).

Os resultados fizeram-se sentir através da redução do tempo médio de abate dos animais para algo em torno de 36 meses (três anos), contra os 48/60 meses (04/05 anos) obtidos em propriedades que atuam apenas com a produção extensiva. A taxa de abate do rebanho também evoluiu, alcançando 27,5% em 2004, contudo, esse dado deve ser parcialmente imputado ao elevado abate de matrizes, em decorrência do ciclo de baixa do preço da arroba do boi gordo.

Ressalte-se que a determinação das tecnologias adequadas a serem empregadas na propriedade é fator crucial para o sucesso da intensificação da atividade. O estudo dos sistemas de produção de Cezar e Euclides Filho (2000)⁴

indicou que a utilização de novas tecnologias, no manejo do solo e dos animais, permite melhores índices zootécnicos, mas não é garantia de elevação da rentabilidade da pecuária de corte bovina.

Por outro lado, o setor ainda se ressentia de maior coordenação da cadeia produtiva formada por produtores, frigoríficos e comércio, que estimule ações voltadas a ganhos de curto prazo oriundos das oscilações do ciclo de preços. Períodos de altas de preços, como os de 1999 a 2001, são acompanhados por investimentos na produção de bezerras que geram uma oferta abundante de bois gordos para abate no período seguinte e, concomitantemente, tendência de redução de preços e retração dos investimentos (2004 e 2005).

O artigo de Zen (2005)⁵ retrata que a prevalente fragilidade do relacionamento comercial entre frigoríficos e pecuaristas, caracterizada por operações com prazo de pagamento em torno de 30 dias, determina elevados custos com capital de giro. Os riscos de oscilações de preços no curto prazo do boi gordo, por sua vez, prejudicam a solvência da cadeia como um todo, em virtude de não serem utilizadas, em grande escala, medidas de proteção de preços (*hedge*).

Bliska et al. (1998)⁶ apontaram que, sob o enfoque da teoria dos jogos, os problemas existentes nos programas de intensificação produtiva, relacionados com a assimetria de informações e a incerteza quanto à remuneração pela qualidade da carne, geram baixa taxa de adesão por parte dos produtores rurais. Por outro lado, Brum e Jank (2001)⁷ indicaram que a existência

¹O autor agradece ao Prof. Dr. Carlos José Caetano Bacha da Esalq-USP e ao parecerista anônimo os comentários e as sugestões ao artigo. Registrado no CCTC, IE-30/2006.

²Economista, Mestre, Bolsista CAPES (e-mail: lomacedo@uol.com.br).

³Um exemplo é o programa pioneiro de melhoramento da raça nelore da USP (PMGRN) que completou, em 2005, dez anos existência.

⁴CEZAR, I. M.; EUCLIDES FILHO, K. Sistemas de produção de novilho precoce: avaliação bioeconômica. In: ENCONTRO NACIONAL DO NOVILHO PRECOCE, 5., 2000, Campo Grande, MS. Disponível em: <http://www.cnpge.embrapa.br>.

⁵ZEN, S. de. Produtor e frigorífico: a simbiose necessária. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 35-36, 2005.

⁶BLISKA, F. M. de M.; GUILHOTO, J. J. M.; PARRÉ, J. L. O programa de produção de carne qualificada de bovídeos de São Paulo sob o enfoque da teoria de jogos. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 27-36, fev. 1998.

⁷BRUM, B. L. R.; JANK, M. S. A padronização na gestão da cadeia de suprimentos da carne bovina por supermercados. *Gestão & produção*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 68-83, abr. 2001.

de padrões de fornecimento da carne bovina por parte dos supermercados pode gerar incentivos para maior coordenação entre frigoríficos e produtores rurais, porém, essa influência limita-se às maiores redes varejistas estabelecidas nos grandes centros.

A literatura resente-se da falta de análise da relação existente entre a evolução da pecuária de corte bovina e os recursos do crédito rural. O projeto de pesquisa de Lima Filho (1975)⁸ do Instituto de Economia Agrícola (IEA) apontou que a expansão das liberações do crédito rural para a pecuária de corte, no final da década de 1960 e início da década de 1970, não resultou na expansão da produção de bovinos e concentrou-se nos grandes proprietários.

As pesquisas mais recentes priorizam análises mais abrangentes sobre o sistema de crédito rural brasileiro. O trabalho de Araújo (1983)⁹ analisou o papel do crédito rural para a agropecuária na década de 1970, porém não realizou o estudo específico para a pecuária de corte bovina. Gasques e Conceição (2001)¹⁰ focaram a evolução do crédito rural nas décadas de 1980 e 1990 e as propostas de inovação institucional em direção a um modelo de financiamento agropecuário menos dependente de recursos públicos.

Este artigo busca contribuir para o entendimento das características da modernização produtiva ocorrida na pecuária de corte bovina brasileira no período de 1995 a 2004, buscando relacionar esse processo com a liberação de créditos financeiros à atividade. Para tanto, são utilizados os dados dos Anuários do Crédito Rural, compilados pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia empregada é expositiva, com análise de dados e informações fornecidas por bases de dados estatísticos, além de bibliografia referente ao tema proposto. Na primeira seção realiza-se uma síntese das características estruturais da pecuária de corte bovina; na segunda seção apresenta-se a evolução da atividade

de, destacando os ganhos de produtividade empreendidos; já na terceira seção desenvolve-se a análise dos dados referentes às liberações de recursos de crédito para as finalidades de custeio, investimento e comercialização; e, por fim, emitem-se as considerações finais.

2 - ASPECTOS TÉCNICOS E REGIONAIS DA PECUÁRIA DE CORTE BOVINA NACIONAL

A pecuária brasileira destaca-se no cenário internacional em virtude de dois fatores, primeiro pelo rebanho de 170 milhões de cabeças e a produção de 8,5 milhões de toneladas equivalente carcaça; segundo, pelos baixos índices de produtividade comparativamente a outros países com tradição no setor. A taxa média de abate da bovinocultura nacional entre 2000 e 2004 foi de 22,8%¹¹ (Tabela 1), inferior à dos principais concorrentes externos, como Argentina, que apresentou taxa média de 25,8%, Austrália de 32,6% e os EUA de 38%¹².

Apesar da evolução recente da produtividade, conseguida através da intensificação de práticas modernas, a pecuária de corte bovina do Brasil ainda possui caráter extensivo, com os animais alimentando-se diretamente do pasto e, assim, sujeitos às intempéries climáticas. Essa característica faz com que o tempo médio exigido ao abate do animal ainda atinja três anos, prazo superior aos dois anos necessários nos países que empregam técnicas mais modernas de produção.

Em termos geográficos, os dados da tabela 2 demonstram que a atividade tem ocorrência em todas as unidades da federação, todavia, possui maior concentração nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com 68,7% do rebanho nacional em 2004. Em situação oposta, a Região

⁸LIMA FILHO, A. de. de **Caracterização da oferta de crédito rural à pecuária de corte**. São Paulo: IEA. 1975. 58 p.

⁹ARAÚJO, P. F. C. O crédito rural e sua distribuição no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 232-348, maio/ago. 1983.

¹⁰GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Financiamento da agricultura – experiência e propostas. In: _____; _____. **Transformações da agricultura e política pública**. Brasília: IPEA. 2001. p. 95-155.

¹¹O valor médio da taxa de abate deve ser analisado com cuidado em virtude de 2004 apresentar uma participação elevada do abate de vacas de 48% do total de animais abatidos, acima da média histórica em torno de 40%.

¹²ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA - ANUALPEC. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2005.

TABELA 1 - Principais Dados da Pecuária de Corte Bovina no Brasil, 2004

Item	Dados
Rebanho (milhão de cab.)	170.153,9
Abate (milhão de cab.)	46.977,8
Produção (mil t. eq. carc.)	8.482,3
Taxa de abate (%)	27,6
Exportações (mil t. eq. carc.)	1.630,0
Consumo <i>per capita</i> (kg)	35,1

Fonte: Elaborada a partir de ANUALPEC apud IBGE.

TABELA 2 - Distribuição do Rebanho Bovino Nacional, por Região, 1980 e 2004

Região	1980		2004	
	n. (1.000)	%	n. (1.000)	%
Norte	3.989,1	3,4	28.204,0	16,6
Nordeste	21.505,9	18,2	25.089,9	14,8
Centro-Oeste	33.261,0	28,2	58.760,2	34,5
Sudeste	34.834,8	29,5	33.256,7	19,6
Sul	24.494,8	20,7	24.843,2	14,6
Total	118.085,6	100,0	170.153,9	100,0

Fonte: Elaborada a partir de ANUALPEC apud IBGE.

Norte, que compreende 42% da superfície do País, detém 16,6% do efetivo bovino nacional e a Região Nordeste 14,8%.

É importante frisar que nos últimos 25 anos vêm ocorrendo intensas mudanças na distribuição do rebanho nacional. Nesse período, a participação do efetivo bovino na Região Centro-Oeste cresceu de 28,2%, em 1980, para 34,5% em 2004, enquanto o percentual da Região Norte apresentou a elevação de 3,4% para 16,6%. Em contrapartida, as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste apresentaram reduções em suas participações relativas, respectivamente de 20,7% para 14,6% na Região Sul, 29,5% para 19,6% na Região Sudeste e de 18,2% para 14,8% na Região Nordeste. Esse movimento de deslocamento geográfico foi consequência da substituição, nas Regiões Sul e Sudeste, das áreas de pastagens por áreas de lavouras, sendo o fenômeno sentido até mesmo em certas regiões dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, em virtude, principalmente, da expansão do plantio das culturas da soja e do algodão.

Em função das mudanças climáticas, a oferta de carne bovina apresenta duas fases distintas no ano, o período da safra, que corresponde aos meses de maior precipitação pluviométrica (setembro-outubro a abril-maio), e o período da entressafra, durante o período de inverno

seco, quando a precipitação pluviométrica é menor e, assim, menos favorável ao crescimento das forrageiras.

Em razão dessa oscilação na capacidade de suporte das pastagens, os animais, entre o período de nascimento até a idade de abate, passam por três períodos de inverno seco. Isso atrasa o prazo de engorda do animal, que chega em casos extremos a alcançar cinco anos. Os pecuaristas usualmente resolvem esse problema mantendo uma lotação em torno de dois animais por hectare, o que garante, no período de chuvas, o excedente de forração de pastagens que é consumido no inverno¹³.

As oscilações climáticas também afetam a fertilidade das matrizes que apresentam índices de maior fecundidade na época do verão úmido. Por outro lado, a prática usual dos pecuaristas de não controlar a monta tem o aspecto positivo de aumentar a sobrevivência dos bezerros, pois estes tendem a nascer no período do inverno seco, estando menos sujeitos às doenças provocadas pela umidade e distúrbio digestivos.

A solução para o problema da sazonalidade da produção animal reside na introdução de técnicas mais eficazes de engorda. Os resul-

¹³CORRÊA, A. S. **Produção e comércio de carne bovina**. Campo Grande: EMBRAPA/Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte, 1988. 37 p.

tados econômicos da intensificação da produção dependem da escolha do sistema adequado às características do produtor. Práticas mais intensivas podem gerar resultados econômicos inferiores aos da produção extensiva, quando não adaptadas às características do produtor¹⁴. Contudo, a adoção de programa bem planejado, com ações voltadas à melhoria do manejo dos animais e das pastagens, melhoramento genético e desenvolvimento gerencial, apesar de incorrerem em custos iniciais aos pecuaristas, possibilitam o incremento da taxa de abate do rebanho e a melhoria da produtividade por hectare, permitindo maior rentabilidade sobre o capital investido.

3 - PERFORMANCE DA PECUÁRIA DE CORTE BOVINA BRASILEIRA NO PERÍODO 1995 A 2004

Os dados da atividade demonstram a expansão de 25,32% da produção de carne bovina no período de 1995 a 2004, acompanhada da elevação do rebanho de 13,44% e de 26,59% na produção de bezerros. Destaque-se que a evolução do montante de bovinos engordados em regimes intensivos - confinamento, semiconfinamentos e pastoreio de inverno - cresceu 78,86% (Figura 1).

Ao longo do período em análise, a quantidade de bezerros produzidos superou o número de animais abatidos em quase todo período, exceção a 2004. Verificou-se, também, uma tendência de incremento do abate de vacas, principalmente a partir de 2002, em decorrência da redução de preços oriundos do ciclo de baixa da pecuária (Figura 2). O preço real da arroba do boi gordo alcançou, em abril de 2005, o seu valor mais baixo desde junho de 1996, alcançando redução de 23,9% em relação ao pico de novembro de 1999 (Figura 3).

Pode-se inferir que esses resultados são parcialmente decorrentes da adoção de práticas modernas de produção, com destaque para os programas de melhoria genética que, acompanhados da adequação do manejo dos rebanhos (suplementação alimentar) e das pastagens, permitiram ganhos de produtividade. Dados de Rosa;

¹⁴Entre os fatores determinantes, destacam-se a realização análise de solo da propriedade, sua cobertura de pastagens, a escolha entre a fabricação própria da ração ou a compra externa, e a definição da fórmula de suplementação a ser utilizada (volumosos e energéticos).

Tononi; Torres Júnior (2004)¹⁵ indicam que a taxa de natalidade das matrizes¹⁶ passou de 50% em 1994 para 60% em 2004, da mesma forma, a idade da primeira cria reduziu-se de 5 anos para 3,5 anos.

O processo de melhoramento genético do gado nacional pode ser retratado através da evolução da comercialização nacional de sêmen registrada pela Associação Brasileira de Inseminação Artificial para Raças Bovinas de Corte (ASBIA) (Figura 4). Os dados demonstram que o crescimento foi de 104% de 1995 a 2004, com destaque para o aumento da participação da raça nelore a partir de 2001, sendo que, entre 1995 e 2000, houve maior dinamismo das inseminações das raças taurinas européias, especialmente as raças *Angus* e *Red Angus*¹⁷. Também a partir de 2002, a raça norte-americana *Brahman* começou a abrir espaço no mercado brasileiro, ainda que com participação reduzida no total de inseminações, mas a taxas crescentes.

O efeito conjunto desses fatores foi o de ampliação da oferta de animais e, concomitantemente, da carne bovina e de seus derivados, e a ampliação da utilização de insumos necessários à intensificação da atividade. A figura 5 identifica que a relação de preços na atividade entre insumos derivados da intensificação (sal mineral, ração, entre outros) e os preços do boi gordo, bezerro e boi magro ampliaram-se. Além disso, o preço no atacado da carne bovina (na figura, representados pelo kg do traseiro) foi o item de menor elevação percentual, o que sinaliza que os ganhos de produtividade foram transferidos parcialmente para o comércio e os consumidores.

Em paralelo à modernização dos produtores rurais, a indústria frigorífica passou, ao longo da década de 1990, por um processo de reestruturação que levou à desativação de diversas plantas produtivas e à paralisação das

¹⁵ROSA, F. R. T. ; TONONI, M. G. O.; TORRES JÚNIOR, A. de M. Mais boi em menos pasto. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 37-39, 2004.

¹⁶Relação existente entre o número de matrizes prenhes e o número total de matrizes ao final da estação de monta.

¹⁷A segunda metade da década de 1990 presenciou um ímpeto pela utilização de técnicas de cruzamento industrial entre raças zebuínas e taurinas de origem européia. As dificuldades encontradas para adaptação de animais de padrão racial que demandam maior volume de ingestão alimentar e massa corpórea geraram, a partir de 2000, um novo fortalecimento da posição de comercial da raça nelore padrão e do nelore mocho.

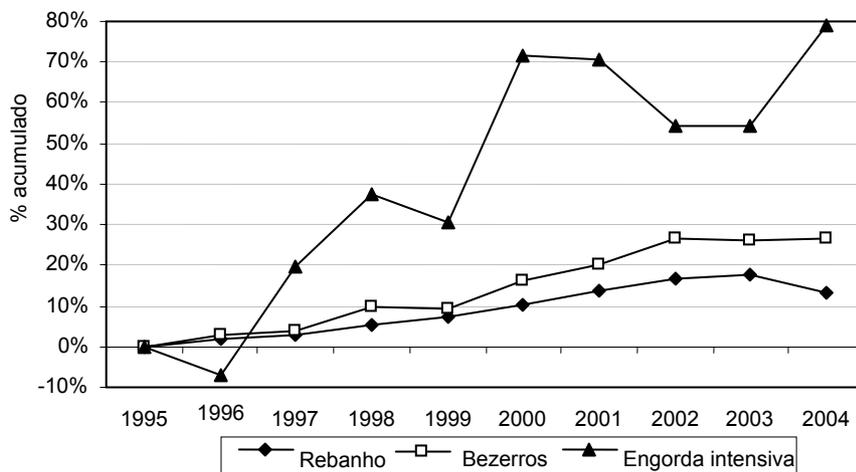


Figura 1 - Evolução da Produção de Bovinos no Brasil, 1995 a 2004.

Fonte: Elaborada a partir de Instituto FNP.

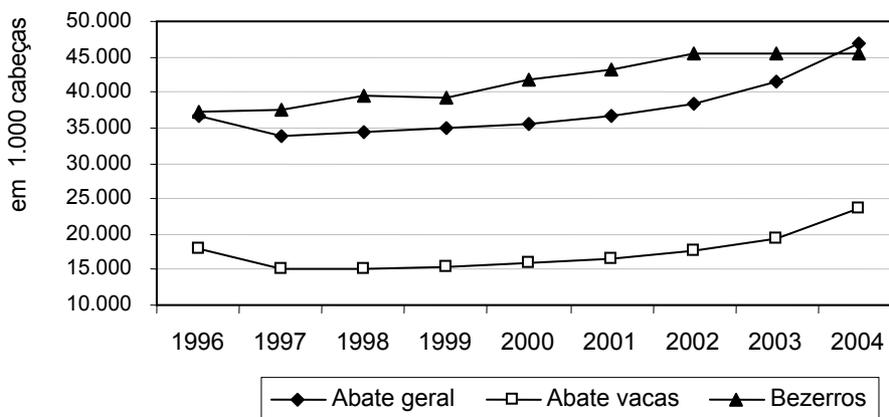


Figura 2 - Evolução dos Abates x Reposição do Rebanho, 1996 a 2004.

Fonte: Elaborada a partir de ANUALPEC.

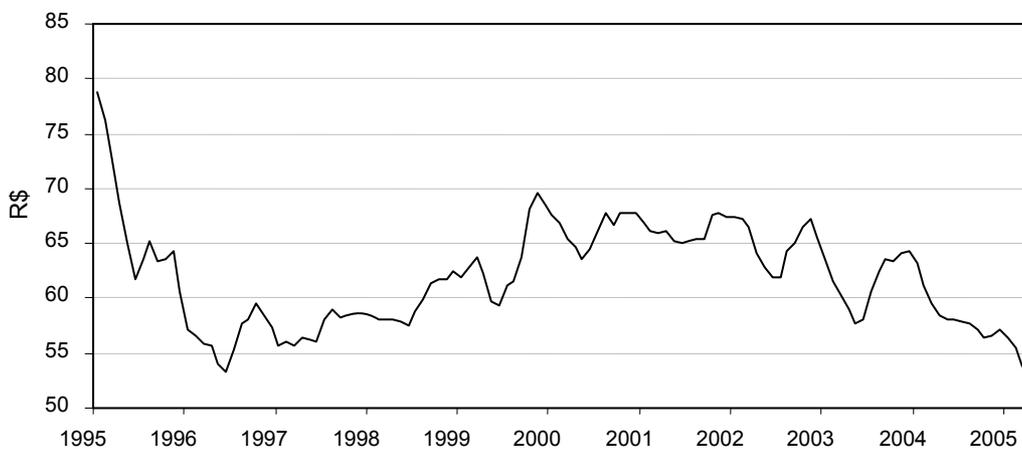


Figura 3 - Preço Real da Arroba do Boi Gordo, Brasil, 1995 a 2005.

Fonte: Elaborada a partir de FGV/Agroanalysis.

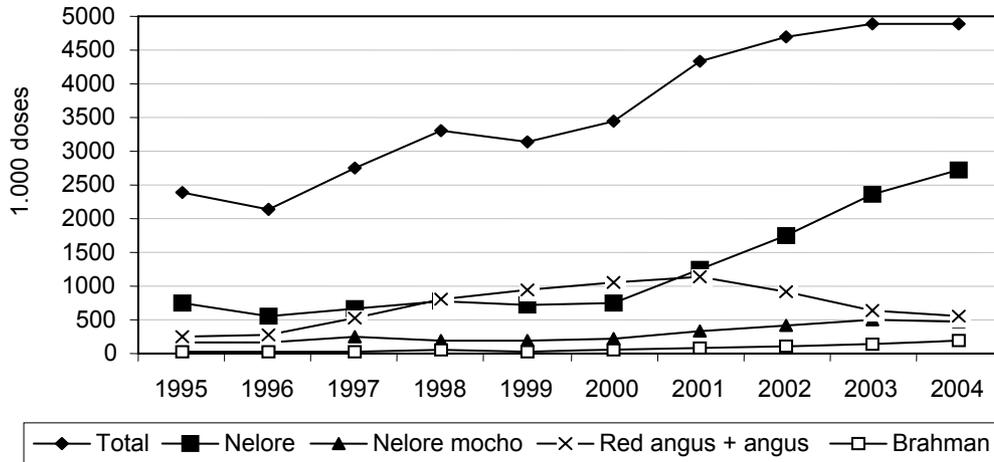


Figura 4 - Comercialização Nacional de Sêmen - Raças de Corte, 1995 a 2004.

Fonte: Elaborada a partir de ASBIA apud ANUALPEC.

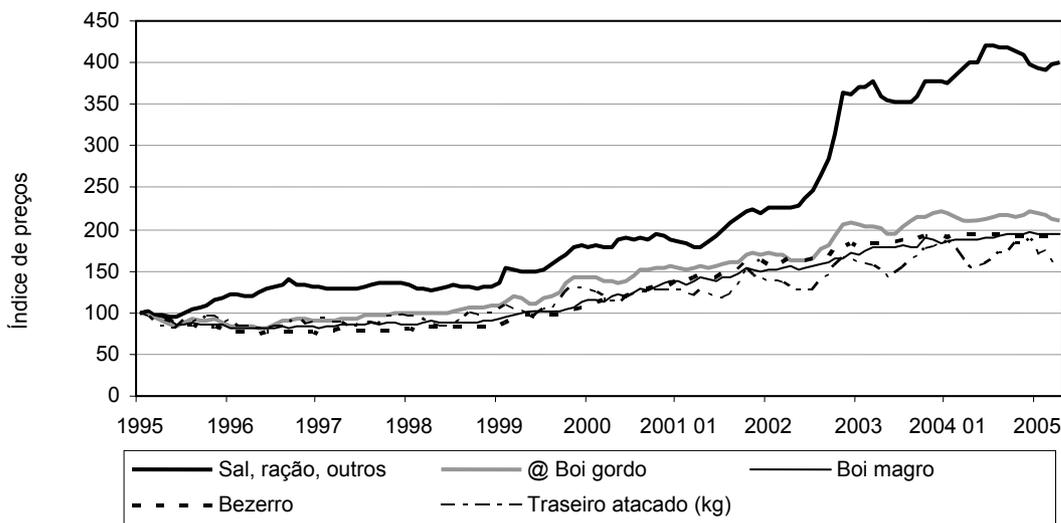


Figura 5 - Evolução dos Preços do Setor da Carne Bovina (1995 = 100), 1995 a 2005.

Fonte: Elaborada a partir de FGV/Conab.

atividades nas principais empresas do setor¹⁸. Como resultado, houve a ampliação da capacidade ociosa que vem sendo ocupada através do arrendamento e compra de unidades fechadas por empresas em expansão. A mudança do regime cambial, em janeiro de 1999, teve o papel de elevar a

¹⁸Na década de 1990, os frigoríficos líderes das exportações na década de 1980 entraram em crise, sendo que a maior parte deles não conseguiu sobreviver - Frigorífico Bordon, Frigorífico Kaiowa, Frigorífico Anglo, CICADE, entre outros.

rentabilidade das exportações e, dessa forma, estimular a melhoria dos padrões produtivos da indústria frigorífica, em vista das normas internacionais. Nesse sistema, os frigoríficos líderes vêm seguindo a estratégia de agregar novos processos à sua estrutura, através do processamento de derivados do abate, como o sabão, o curtimento do couro e as rações animais¹⁹.

¹⁹FARAVET FILHO, P.; PAULA, S. R. L. de. Cadeia de carne bovina: o novo ambiente competitivo. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 7, set. 1997.

Outro aspecto de destaque, nesse período, foi o desempenho das exportações brasileiras de carne bovina. As exportações aumentaram, entre 1995 e 2004, de 287 mil toneladas (equivalentes carcaça) para 1.630 mil toneladas, crescimento de 468%, e o Brasil alcançou a posição de maior exportador em volume, sendo que as receitas em dólar saltaram de US\$473.652 milhões para US\$2.410.045 bilhões (Figura 6). Apesar deste desempenho, o Brasil ainda não participa dos mercados de carne *in natura* dos EUA, Japão, Coréia do Sul e Taiwan, em virtude de ainda incorrer na vacinação contra febre aftosa como instrumento de sanidade animal. Desse modo, o principal mercado para a carne brasileira é a União Européia, tendo obtido êxitos na abertura de novos mercados importantes, como a Rússia, Oriente Médio e América Latina (com destaque para o Chile).

A *performance* exportadora foi precedida da mudança de regime cambial ocorrida em 1999, todavia, a aceleração das vendas externas ocorreu somente a partir de 2001, período em que a taxa de câmbio real efetiva (IPEA-INPC) manteve trajetória de estabilidade (Figura 7). Esse fato indica que a expansão das exportações, no período recente, foi resultado de uma combinação da manutenção da taxa de câmbio em patamares atrativos aos exportadores e da intensificação dos esforços de comercialização no exterior, com a abertura de novos mercados à carne brasileira.

Além disso, a competitividade da produção nacional cresceu nos mercados internacionais com os surtos da doença da “vacca louca” - Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), em razão do gado nacional não ser engordado com o auxílio de rações de proteína animal.

A melhoria dos indicadores produtivos que permitiram a expansão da oferta a preços decrescentes, via melhoria de produtividade, foram essenciais para expansão da participação das exportações no total da carne bovina produzida no País, sendo que, em 1995, apenas 4,24% da produção era exportada e, em 2004, esse valor alcançou 19,22% (Tabela 3).

Em síntese, a cadeia da carne bovina brasileira tornou-se mais integrada ao comércio internacional mediante a modernização produtiva por parte dos produtores rurais e da reorganização da indústria frigorífica. Essas transformações estruturais geraram ganhos de produtividade que

garantiram a expansão da oferta a preços decrescentes, tendência que foi intensificada pelo ciclo de baixa de preços em 2004 e 2005.

4 - EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS À PECUÁRIA DE CORTE BOVINA BRASILEIRA, 1995 A 2003

A análise empreendida nesta seção partiu dos dados compilados pelo Banco Central do Brasil através dos Anuários do Crédito Rural²⁰, buscando identificar os volumes de recursos e destinações de aplicações para a pecuária de corte bovina. Nesse aspecto, devem se destacar as principais alterações nas normas contidas no Manual do Crédito Rural (MCR), ao longo do período de 1995 a 2005, estipuladas por resoluções do Conselho Monetário Nacional e implementadas pelo Banco Central, que se aplicaram à atividade da pecuária de corte bovina.

Os dados demonstram que o crédito destinado à pecuária bovina de corte cresceu significativamente, 398% entre 1995 a 2003²¹, em termos nominais saltando de R\$522 milhões para R\$2,6 bilhões. O incremento em termos reais, utilizando o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, alcançou 110% ao longo do mesmo período.

Em termos normativos, a resolução 2.852 do Banco Central de 03/07/2001 elevou os limites máximos de crédito para custeio e investimento com recursos controlados de R\$40.000,00 para R\$60.000,00 por produtor, tendo sido mantidos nesse patamar até o final de 2005²². O ano de 2001 apresentou-se como o de maior crescimento anual relativo em liberações do crédito rural ao setor da pecuária de corte bovina, com incremento em termos reais de 38,04%, o que indica a influenciada alteração dos limites de liberação de crédito.

Outra medida de política governamental de estímulo ao setor foi a resolução 2.751 de 29/06/2000, que implantou o Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas no âmbi-

²⁰ ANUÁRIO DO CRÉDITO RURAL. Brasília: Banco Central do Brasil, 1999-2003. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>.

²¹ Os dados referentes a 2004 ainda não foram liberados.

²² Em 2006, o Conselho Monetário Nacional (CMN) elevou os limites foram elevados para R\$120.000,00.

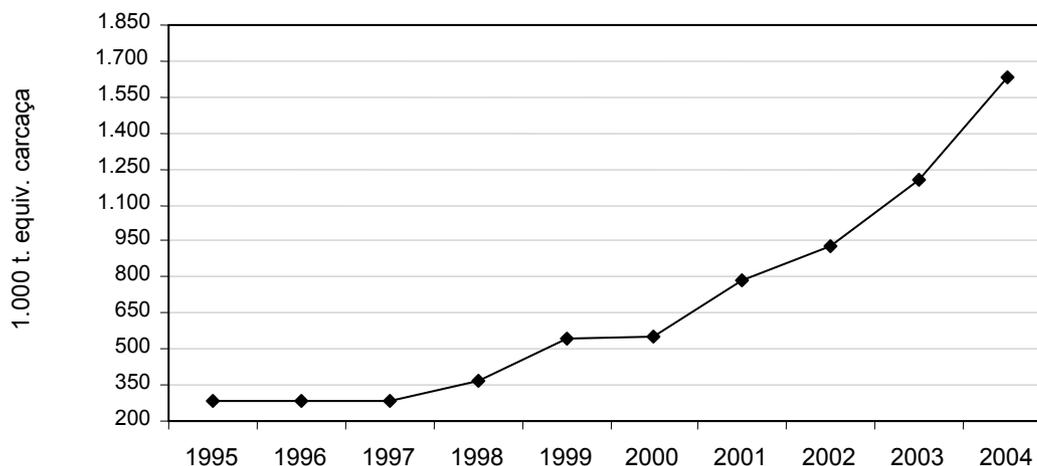


Figura 6 - Evolução das Exportações de Carne Bovina, 1995 a 2004.

Fonte: Elaborada a partir de SECEX apud ANUALPEC.

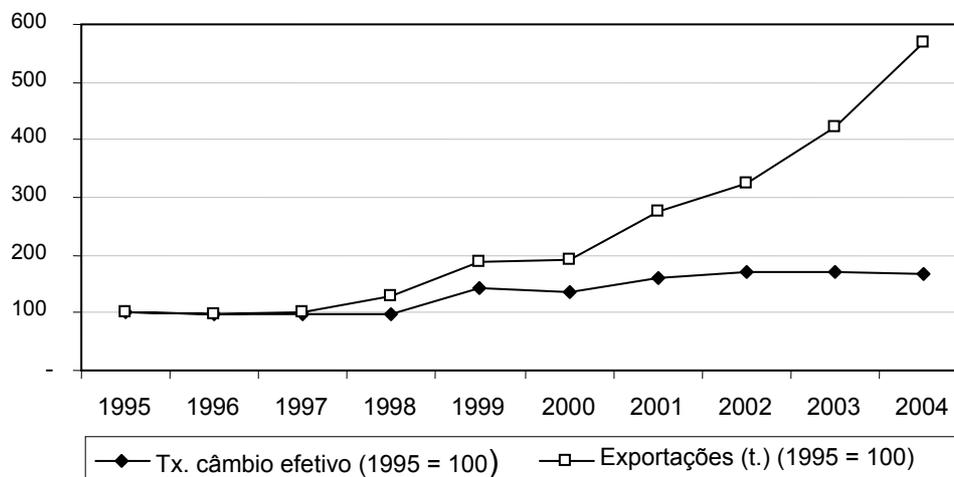


Figura 7 - Taxa de Câmbio Efetivo x Exportações (1995 = 100), 1995 a 2004.

Fonte: Elaborada a partir de IPEA - tx. de câmbio efetiva real (INPC) SECEX apud ANUALPEC - exportações equiv. Carcaça.

TABELA 3 - Evolução da Participação das Exportações na Produção de Carne Bovina Brasileira, 1995 a 2004

Ano	Participação (%)
1995	4,24
1996	4,12
1997	4,50
1998	5,70
1999	8,19
2000	8,34
2001	11,36
2002	12,92
2003	15,93
2004	19,22

Fonte: Elaborada a partir de IBGE/SECEX.

to do BNDES, que estabelecia limite de crédito de R\$50.000,00 e custo financeiro de 8,75% anuais. Conjuntamente, instituiu a resolução 2.749, que estabelecia o Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (PROSOLO) com limite de crédito de R\$40.000,00 e custo financeiro de 8,75% anuais. A resolução 2.856, de 03/07/2001 elevou o limite de crédito do programa de pastagens para R\$150.000,00 e a resolução 2.855, de mesma data, aumentou o limite de crédito do programa PROSOLO para R\$80.000,00.

Em 2003, a resolução 3.093 introduziu o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO), que objetivou integrar os programas de pastagens degradadas e de correção de solos em um único programa, supervisionado pelo BNDES. O limite de crédito foi estabelecido em R\$200.000,00 (duzentos mil reais), os encargos mantiveram-se em 8,75%.

O quadro 1 sintetiza as características das linhas e instrumentos de crédito destinados à pecuária de corte bovina vigentes no momento. Estes se dividem em recursos controlados pelas exigibilidades do crédito rural, para custeio e investimento, recursos provindos do orçamento do BNDES, através do MODERAGRO, e recursos livres, como a emissão de Notas Promissórias Rurais (NPR) e Duplicatas Rurais (DR). A partir de 2000, a utilização da Cédula de Produto Rural (CPR) liquidação financeira intensificou-se, contudo, os Anuários do Crédito Rural ainda não fornecem os volumes de emissões destinadas à pecuária de corte bovina. Bacha e Silva²³ (2005) estimam que foram transacionadas algo em torno de R\$20 a R\$30 bilhões na forma de CPR, na safra 2004/05.

A evolução das liberações para custeio pode ser visualizada na figura 8 onde, a valores reais, verifica-se o crescimento de 128,85% do crédito para custeio entre 1995 a 2003, com destaque para o período a partir de 1998. Destaque-se, entretanto, que houve uma discrepância entre a *performance* do crédito para despesas de criação do desempenho do crédito para desembolsos com pastagens. Enquanto o crédito para custeio com pastagens apresentou comportamento instável, sem a configuração de tendência de crescimento, as despesas com criação obtive-

ram aumento de 153,90%.

Já as liberações de crédito destinadas a investimentos são classificadas pelo Anuário do Crédito Rural como investimentos em aquisição de animais (exposição-feira, gado para engorda, bezerras para recria, matrizes e reprodutores) e formação ou reforma de pastagens. A abertura detalhada dos itens de investimento passou a ser fornecida somente a partir de 1998, de modo que os dados entre 1995 a 1997 reportam apenas os valores totais das inversões entre aquisição de animais e formação ou reforma de pastagens. O crescimento em termos reais entre 1995 a 2003 foi de 48,59%, com destaque para as inversões em pastagens que apresentaram evolução de 64,27%, enquanto os desembolsos para aquisição de animais obtiveram resultado de 41,83%. Um aspecto de destaque nos dados foi o de que os investimentos na atividade mantiveram-se elevados após 2000, apesar da conjuntura de baixa de preços na pecuária de corte bovina (Figura 9).

A partir de 1998, é possível analisar em mais detalhes o comportamento das destinações dos investimentos na aquisição de animais, cujos itens de maior crescimento foram aquisições em exposições e feiras (549,22%), importação de rezes (149,84%)²⁴ e os desembolsos com matrizes e reprodutores (53,05%). Observe-se que os dados sinalizam que os investimentos com maior dinamismo estão centrados na busca de melhoria genética e de manejo (pastagens) e que retratam a evolução do processo de modernização da atividade da pecuária de corte.

As operações de crédito para comercialização só podem ser analisadas para o período de 1998 a 2003, em virtude de até 1997 apenas as operações de pré-comercialização serem computadas, não sendo divulgados os valores para as operações de descontos de NPR e DR (Figura 10). Entre 1998 e 2003, o crédito para comercialização para produção da pecuária bovina de corte teve comportamento distinto dos itens de custeio e investimento, pois registrou redução de 1,8%. Esse desempenho sinaliza que os produtores tenderam a incrementar a obtenção de crédito de terceiros através de linhas para

²³BACHA, C. J. C.; SILVA, G. de S. Mudanças no modelo. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 34-38, 2005.

²⁴Tradicionalmente o Estado do Rio Grande do Sul realiza importações constantes de animais reprodutores da Argentina e do Uruguai, além disso, os criadores de outros estados vem intensificando as importações de animais puros de origem externa (POI).

QUADRO 1 - Comparativo das Linhas de Crédito Destinadas à Pecuária de Corte Bovina

Características	Custeio pecuário	Investimento - aquisição de animais	Investimento - pastagens (MODERAGRO)	NPR /DR	CPR
Finalidade	Financiamento, mediante abertura de crédito fixo, das despesas normais da exploração, durante o ciclo produtivo da atividade pecuária.	Financiamento, mediante abertura de crédito fixo, de investimento para melhoria do padrão racial de rebanhos, aumento da oferta de carne e leite e racionalização do uso de imóvel rural com infra-estrutura ociosa, compreendendo a aquisição de produtos e animais para criação, recriação, engorda ou serviço.	Financiamento, mediante abertura de crédito fixo, de benfeitorias, reformas, obras correlatas ou realizações e serviços pertinentes que se incorporem a imóvel rural, e de bens que levem à racionalização das atividades nele desenvolvidas.	O Desconto de NPR ou de DR dá aos produtores a oportunidade de vender a produção agrícola própria a prazo e receber o valor da venda com o desconto dos títulos.	<ul style="list-style-type: none"> •O produtor emite a CPR e recebe o valor do título que é endossável e renegociável. •CPR Física: liquidação através da entrega do produto agropecuário. •CPR Financeira: liquidação através de preço físico ou índice de preço.
Beneficiários	Produtores rurais	Produtores rurais	Produtores rurais	<ul style="list-style-type: none"> •NPR é emitida pelo comprador (agroindústria) •DR pelo vendedor (produtor rural). 	Produtor rural, empresas agropecuárias, cooperativas e associações de produtores.
Prazo	Até um ano	<p>a. Criação: reprodutores e matrizes bovinos, adquiridos por mini ou pequenos produtores, em projetos integridos: até seis anos;</p> <p>Projeto de bovinocultura para produção de carne, sêmen congelado; embrião bovino, congelado ou não, ou gestação, conforme a recomendação do plano técnico: até três anos; e</p> <p>Demais casos: até dois anos.</p> <p>b. Bovinos e bubalinos para recriação: até dois anos.</p> <p>c. Engorda: até 180 dias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Inversões com provável duração úteis superior a cinco anos: até doze anos, incluído período de carência. •Reforma de benfeitorias e instalações, desmatamento, destoca, adubação intensiva, terraceamento e recuperação de pastagens: até seis anos, incluído o período de carência. •Calagem: mínimo de dois e máximo de quatro anos, incluído o período de carência de um ano. •Demais casos: até três anos, incluído o período de carência de um ano. 	Livre negociação	Três modalidades: <ul style="list-style-type: none"> •180 dias •270 dias •360 dias
Garantias	Reais e/ou fidejussórias	Penhor dos animais a serem financiados, complementarmente, outras garantias reais e/ou fidejussórias.	Reais e/ou fidejussórias	<ul style="list-style-type: none"> • Aval ou fiança prestados pelos participantes da empresa compradora dos produtos ou por outra pessoa jurídica; •Penhor de títulos ou de direitos creditórios; penhor de produtos ou de bens móveis; e •Alienação fiduciária; hipoteca 	Aval bancário e/ou outras garantias reais e fidejussórias.
Encargos financeiros	Juros efetivos de 8,75% ao ano	Juros efetivos de 8,75% ao ano	Juros efetivos de 8,75% ao ano	Juros de mercado	Juros de mercado

Fonte: Elaborada a partir de dados do Banco do Brasil.

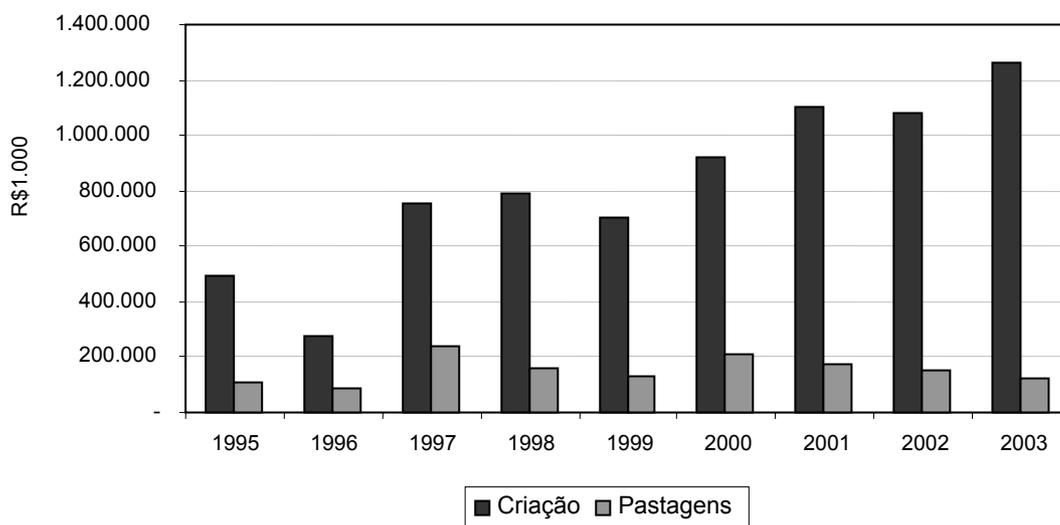


Figura 8 - Crédito de Custeio para a Pecuária de Corte Bovina Deflacionado IGPM (base 2003), 1995 a 2003.
Fonte: Elaborada a partir do Anuário do Crédito Rural do BACEN.

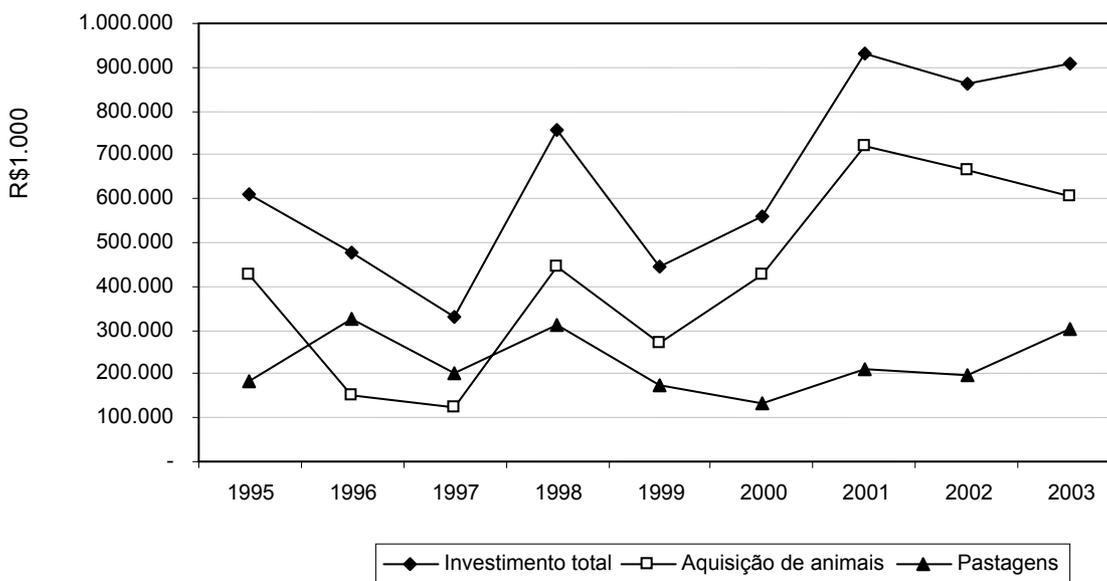


Figura 9 - Crédito de Investimento na Pecuária de Corte Bovina Deflacionado IGPM (base 2003), 1995 a 2003.
Fonte: Elaborada a partir do Anuário do Crédito Rural do BACEN.

investimentos e para despesas com custeio, e, simultaneamente, captaram menos recursos a taxas de juros de mercado (NPR/DR) e créditos de pré-comercialização junto ao sistema financeiro. Os dados, contudo, não apresentam as operações com CPR boi, que podem estar substituindo as operações tradicionais de comercialização.

Em termos agregados (Tabela 4), os

dados demonstram que a participação relativa do crédito da pecuária de corte bovina no total dos créditos para pecuária em geral (bovina leiteira, avícola, suína, outros) manteve-se estável, representando algo em torno de 40%. Já a participação relativa da pecuária de corte bovina no total das operações de crédito rural (agrícola + pecuária) também manteve-se constante entre 8% a 10%. Da mesma forma, os recursos destinados à

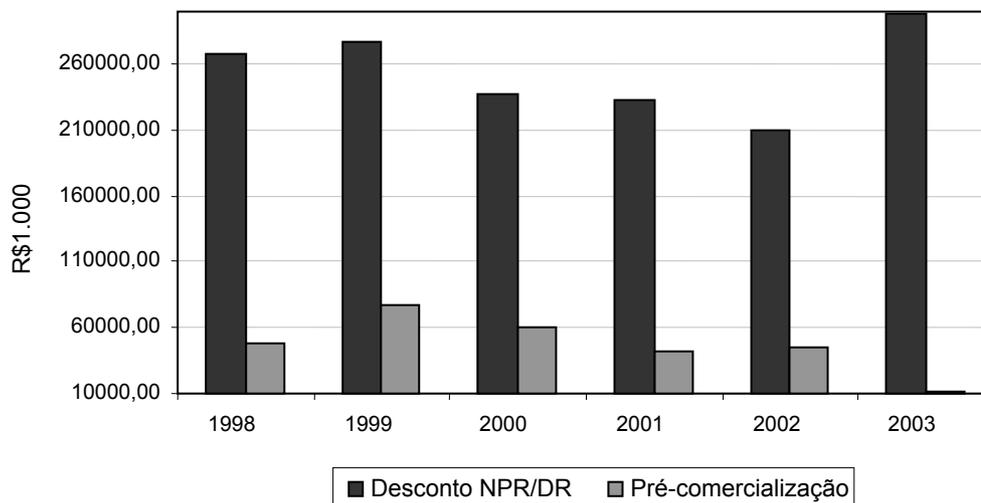


Figura 10 - Crédito de Comercialização para a Pecuária de Corte Bovina Deflacionado pelo IGPM (base 2003), 1998 a 2003.

Fonte: Elaborada a partir do Anuário do Crédito Rural do BACEN.

TABELA 4 - Participação Relativa do Crédito Rural Destinado à Pecuária de Corte Bovina, 1995 a 2003

Ano	(em %)			
	Bovino/pecuária	Bovino/total	Pecuária/total	Crédito rural/oferta ¹
1995	37,72	8,06	21,36	3,93
1996	26,80	6,28	23,43	2,63
1997	39,50	10,05	25,44	6,21
1998	18,91	4,90	25,93	6,05
1999	37,87	8,39	22,15	4,76
2000	42,47	9,60	22,60	5,99
2001	39,03	10,17	26,07	6,67
2002	40,44	9,66	23,90	6,80
2003	39,08	8,37	21,42	6,78

¹Crédito rural destinado à bovinocultura/oferta total a preço básico da carne bovina.

Fonte: Elaborada a partir de IBGE.

pecuária representaram algo em torno de 23% do total do crédito rural.

O aspecto distinto desse cenário de estabilidade foi o incremento da participação relativa das operações de crédito à pecuária de corte bovina sobre a oferta total de carne bovina a preços básicos de mercado. Em 1995, as operações de crédito representavam 3,93% da oferta total, havendo elevação de sua participação para 6,78% da oferta total em 2003²⁵, apesar da retra-

ção no biênio 1999-2000. Esse indicador destaca-se em virtude da atividade ser caracterizada pelo financiamento próprio, o que demonstra que o processo de modernização da atividade vem sendo realizado com recursos dos produtores, contudo, com a tendência de incremento da participação do crédito rural.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pecuária de corte bovina brasileira viveu ao longo dos últimos anos um processo de modernização que possibilitou ganhos de produtividade que contribuíram para o crescimento da oferta de animais para abate e a redução

²⁵Os dados foram obtidos através da matriz de insumo produto das contas nacionais produzida pelo IBGE, os valores a preço básico referentes à oferta agregada de carne bovina incluem o valor adicionado dos produtores rurais e pela indústria frigorífica, excluídas as margens de comércio e transporte.

dos preços da arroba do boi gordo em termos reais. Esse processo foi acompanhado pelo componente cíclico de baixa de preços, iniciado em 2000, que, conjugado com os investimentos na intensificação produtiva, elevaram a oferta de animais para abate no período 2003/05. Esse encadeamento de eventos auxiliou a expansão da participação da carne brasileira nos mercados internacionais e o aquecimento do consumo no mercado doméstico.

Este artigo demonstrou, através dos dados dos Anuários do Crédito Rural, compilados pelo Banco Central, que essa conjuntura foi acompanhada pela elevação na tomada de créditos pelos produtores rurais. Nesse aspecto, destacam-se as inversões em investimentos na aquisição de animais de genética apurada, principalmente através de eventos como feiras, exposições e leilões. Também foram relevantes as inversões na formação e reforma de pastagens, com ênfase para o programa MODERAGRO do BNDES, que objetiva a melhoria das práticas de manejo do solo.

Ressaltou-se, também, que a participa-

ção do capital de terceiros (financiamentos) na atividade ainda é restrita, apesar de crescente, pois os produtores ainda caracterizam-se por uma cultura conservadora que prioriza a utilização de recursos próprios para as despesas de custeio e investimento. Da mesma forma, os dados referentes à utilização de novos instrumentos de crédito de comercialização, como a CPR, não foram analisados, em virtude da inexistência de informações oficiais compiladas, porém, devendo representar parcela expressiva atualmente, em substituição aos instrumentos tradicionais da NPR e DR.

Por fim, cabe enfatizar que a manutenção do processo de intensificação produtiva, mediante agregação de novas tecnologias, em uma conjuntura de margens reduzidas de rentabilidade e preços baixos, dependerá cada vez mais da utilização de recursos de terceiros. Desse modo, pode-se inferir que a importância do crédito rural para a pecuária de corte bovina, tanto proveniente das exigibilidades como dos recursos livres, deverá crescer ao longo do tempo a exemplo do ocorrido em outras atividades da agropecuária.

Recebido em 19/04/06. Liberado para publicação em 19/06/06.